



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Praça Pref. Ronaldo Dutra Borges, 01 Centro
Rio Novo-MG/CEP: 36.150-000
Email: cmdca@rionovo.mg.gov.br Tel: (32)3274-1468

PROVA OBJETIVA
PROCESSO SELETIVO CONSELHEIRO TUTELAR 2023
GABARITO

Prova de aferição de conhecimentos - 30/07/2023

01	B
02	A
03	C
04	C
05	B
06	D
07	A
08	A
09	C
10	B
11	A
12	C
13	B
14	D
15	C
16	B
17	B
18	A
19	C
20	B
21	C
22	A
23	C
24	D
25	B

26	D
27	A
28	D
29	C
30	D
31	B
32	A
33	B
34	D
35	B
36	B
37	C
38	B
39	A
40	D
41	C
42	D
43	C
44	B
45	A
46	B
47	D
48	D
49	D
50	C

Rio Novo, 30 de julho de 2023.

Priscila da Silva Martins Oliveira
Presidente da Comissão Organizadora do processo de escolha dos
Conselheiros Tutelares 2024/2027

PROVA OBJETIVA
PROCESSO SELETIVO CONSELHEIRO TUTELAR 2023
ELEIÇÕES RIO NOVO

QUESTÃO 01 - Segundo o art. 2º da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se adolescente a pessoa que possua:

- a) entre 10 (dez) e 16 (dezesesseis) anos de idade.
- b) entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.**
- c) entre 0 (zero) e 16 (dezesesseis) anos de idade.
- d) entre 5 (cinco) e 12 (doze) anos de idade.

QUESTÃO 02 - Segundo a Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária devem ser assegurados à criança e ao adolescente:

- a) pela família, comunidade, sociedade em geral e poder público.**
- b) somente pelo poder público.
- c) pelo poder público e família, não sendo dever da sociedade efetivar tais direitos.
- d) pela família somente.

QUESTÃO 03 - Para ser membro do Conselho Tutelar, é exigido os seguintes requisitos:

- a) Ter formação superior e residir no município.
- b) Ter idade superior a dezoito anos e residir no município.
- c) Ter reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município.**
- d) Ter reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos e uma plataforma de trabalho aprovada pelo Ministério Público.

QUESTÃO 04 - De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu capítulo sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, às crianças e adolescentes:

- a) É permitido o trabalho em qualquer idade.
- b) É permitido apenas partir de dez anos de idade.
- c) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.**
- d) É proibido qualquer trabalho a menores de vinte e um anos de idade.

QUESTÃO 05 - Assinale a alternativa verdadeira:

- a) O Conselho tutelar é órgão temporário e não possui autonomia, estando encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.**

- c) O Conselho Tutelar, apesar de ser órgão permanente não possui autonomia, embora em algumas situações possa exercer funções jurisdicionais.
- d) O Conselho Tutelar, é órgão temporário, podendo exercer, nos limites da lei, função jurisdicional, sempre em razão dos interesses das crianças e adolescentes.

QUESTÃO 06 - Nos termos da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é proibida a venda à criança ou ao adolescente, EXCETO:

- a) armas, munições e explosivos;
- b) bebidas alcoólicas;
- c) produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;
- d) brinquedos que ofereçam segurança.

QUESTÃO 07 - São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- a) **Exercer funções jurisdicionais.**
- b) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- c) Atender e aconselhar os pais ou responsável.
- d) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

QUESTÃO 08 - O direito à educação, de crianças e adolescentes, visa seu pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Nesse sentido, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental possuem o dever de comunicar ao Conselho Tutelar:

- a) **Maus-tratos envolvendo seus alunos.**
- b) Indisciplina dos alunos em sala de aula.
- c) Falta de decoro dentro da instituição de ensino.
- d) Ausência dos pais ou responsáveis nas reuniões pedagógicas.

QUESTÃO 09 – O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, afirma que a criança tem direito a uma educação que vise o seu pleno desenvolvimento e a prepare para o exercício da cidadania. Neste modo, identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) a partir dessa consideração.

- () As crianças têm direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- () As crianças têm direito de serem respeitadas por seus educadores.
- () As crianças, quando portadoras de deficiência, têm direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede particular de ensino.
- (.) Os municípios não devem destinar recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância, ficando a cargo dos pais e responsáveis.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V • V • V • V
- b) V • V • V • F
- c) V • V • F • F
- d) F • V • F • F

QUESTÃO 10 - Acerca das Medidas Específicas de Proteção, previstas no Capítulo II, do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa CORRETA:

- a) as medidas específicas de proteção somente poderão ser aplicadas caso os pais da criança e/ou adolescente concordem.
- b) as medidas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.
- c) as medidas específicas de proteção não poderão ser aplicadas em nenhuma hipótese.
- d) as medidas específicas de proteção somente poderão ser aplicadas caso a criança e/ou adolescente concorde.

QUESTÃO 11 - São medidas de proteção previstas no art. 101 do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990), EXCETO:

- a) submeter a criança e/ou adolescente a trabalhos forçados.
- b) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.
- c) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- d) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

QUESTÃO 12 - São medidas de proteção previstas no art. 101, do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990), EXCETO:

- a) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- b) acolhimento institucional.
- c) aplicação de castigos físicos.
- d) inclusão em programa de acolhimento familiar.

QUESTÃO 13 – A Lei Federal nº 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente - ECA é aplicável :

- a) aos menores de 05 (cinco) anos.
- b) aos menores de 18 (dezoito) anos.
- c) aos menores de 10(dez)anos.
- d) aos maiores de 60 (sessenta) anos.

QUESTÃO 14 – Acerca das Garantias Processuais previstas no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990), identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) e assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- () Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
() O adolescente poderá ser privado de sua liberdade sem o devido processo legal, uma vez que este representa potencial perigo à sociedade por ser pessoa em pleno desenvolvimento.
() É garantia processual do adolescente, dentre outras, a defesa técnica por advogado.

- a) V – V – V
b) F – F – F
c) F – V – F
d) V – F – V

QUESTÃO 15 – No que se refere ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990) garante à criança e ao adolescente o direito:

- a) A criança e o adolescente não têm direito de participar da vida familiar e comunitária e possui limitações não autorizadas em lei.
b) A criança e o adolescente têm direito a brincar, praticar esportes e divertir-se, desde que exerça trabalho remunerado de pelo menos quarenta horas semanais.
c) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante.
d) A criança e o adolescente têm direito a expressar sua opinião e expressão, desde que seus pais ou autoridade judicial autorizem.

QUESTÃO 16 - A Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre:

- a) o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.
b) o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
c) o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.
d) todas as alternativas.

QUESTÃO 17: No que se refere ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990) garante à criança e ao adolescente o seguinte direito, EXCETO:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
b) acesso à escola pública, desde que seus pais paguem valor mensal ao Poder Público suficiente para custear merenda e material escolar.
c) direito de ser respeitado por seus educadores.
d) direito de organização e participação em entidades estudantis.

QUESTÃO 18: Segundo a Lei Federal nº 13.798/2019, acrescentou-se o art. 8º-A à Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

- a) Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.
b) Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção às drogas na adolescência .

- c) Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da violência na Adolescência.
- d) Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da abuso sexual na Adolescência.

QUESTÃO 19: Conforme dispõe o art. 19 do ECA, na situação em que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para ADOÇÃO, procurar orientação na sede do Conselho Tutelar. Ela deverá ser orientada e encaminhada para:

- a) A Unidade Básica de Saúde, UBS, de referência onde o médico-ginecologista irá orientá-la e encaminhar relatório à autoridade Judiciária.
- b) O Centro de Referência de Assistência Social, CRAS, onde a equipe técnica irá orientá-la e encaminhar relatório à autoridade Judiciária.
- c) **A Justiça da Infância e da Juventude, onde a equipe Interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária.**
- d) A Polícia Militar que irá orientá-la e apresentará relatório à autoridade Judiciária.

QUESTÃO 20: Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e elevados níveis de repetência para o seguinte órgão:

- a) Câmara Municipal.
- b) **Conselho Tutelar.**
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) Conselho Municipal da Juventude.

QUESTÃO 21: Segundo o ECA, em seu art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Em seu parágrafo único, podemos afirmar:

- a) parágrafo único. As crianças menores de vinte e um anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.
- b) parágrafo único. As crianças menores de seis anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.
- c) **parágrafo único. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.**
- d) parágrafo único. As crianças menores de dois anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

QUESTÃO 22: Segundo o ECA, na seção II, Da autorização para viajar, art. 83, podemos afirmar que, EXCETO:

- a) **Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.**

- b) Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 21 (vinte e um) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- c) Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 05 (cinco) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- d) Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 10 (dez) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

QUESTÃO 23: O Art. 91 da Lei nº 8.069/1990 dispõe que as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade. Será negado o registro à entidade que, EXCETO:

- a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;
- c) **esteja regularmente constituída, com todos os pré-requisitos necessários para o funcionamento;**
- d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

QUESTÃO 24: As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nas legislações forem ameaçados ou violados nas situações de:

- a) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- b) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- c) em razão de sua conduta.
- d) **todas as alternativas estão corretas.**

QUESTÃO 25: Assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Art. 103. do ECA, considera-se ato infracional a conduta descrita para aqueles que não estão matriculados na escola regular.
- b) **Segundo o Art. 103. do ECA, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.**
- c) Segundo o Art. 103. do ECA, considera-se ato infracional a conduta descrita para pais e responsáveis que não vacinaram seus filhos menores de 05 anos.
- d) Segundo o Art. 103. do ECA, considera-se ato infracional a conduta descrita para os adolescentes que não iniciarem o ensino fundamental.

QUESTÃO 26: No capítulo IV, das Medidas Sócio-Educativas, o art. 112 dispõe que verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, EXCETO:

- a) advertência.
- b) obrigação de reparar o dano.
- c) prestação de serviços à comunidade.
- d) prisão em penitenciária de outro Estado.

QUESTÃO 27: É correto afirmar, segundo o ECA , em seu art. 136, que são atribuições do Conselho Tutelar:

- a) tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
- b) Não tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
- c) tomar as providências cabíveis, com notificação de ordem de prisão imediata aos pais e responsáveis, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
- d) tomar as providências cabíveis, com notificação de ordem de prisão imediata às crianças e adolescentes, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

QUESTÃO 28: Sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar podemos afirmar:

- a) será estabelecido em portaria municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, e a fiscalização da Prefeitura Municipal.
- b) será estabelecido em reunião sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Conselho Tutelar.
- c) será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde, e a fiscalização da Polícia Militar.
- d) será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

QUESTÃO 29: A Lei nº 8.069/1990 dispõe em seu art. 137 que:

- a) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela Polícia Militar a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- b) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pelo Prefeito Municipal a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- c) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- d) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pelo CRAS a pedido de quem tenha legítimo interesse.

QUESTÃO 30: Regem-se pelas disposições da Lei 8.069/1990 as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) e assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- () do ensino obrigatório.
- () de atendimento em creche e pré-escola às crianças de 10 a 12 anos de idade.
- () de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessite.

- a) V – V – V
- b) F – F – F
- c) F – V – F
- d) V – F – V

QUESTÃO 31 : Segundo a Lei Municipal nº 1.297/2019, que dispõe sobre a Política Municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente de Rio Novo-MG, em seu art. 2º , são órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente EXCETO:

- a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- b) **Fundo Municipal da Saúde.**
- c) Conselho Tutelar.
- d) Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

QUESTÃO 32 : A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo a Lei Municipal nº 1.297/2019, deverá:

- a) **avaliar a situação da criança e do adolescente, propor diretrizes e deliberar ações para o aperfeiçoamento dessas políticas a curto, médio e longo prazo.**
- b) avaliar apenas a situação das casas de acolhimento de crianças, adolescentes e, propor diretrizes e deliberar ações para o aperfeiçoamento dessas políticas a curto, médio e longo prazo.
- c) avaliar apenas a situação dos adolescentes infratores, propor diretrizes e deliberar ações para o aperfeiçoamento dessas políticas a curto, médio e longo prazo.
- d) avaliar apenas a situação da criança e do adolescente em trabalho escravo, propor diretrizes e deliberar ações para o aperfeiçoamento dessas políticas a curto, médio e longo prazo.

QUESTÃO 33: Segundo dispõe o art. 3º, § 1º, da Lei Municipal 1.297/2019, a implementação da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada diretamente:

- a) pelo Ministério Público.
- b) **pelo Município.**
- c) pela Justiça Eleitoral.
- d) pelo Conselho Tutelar.

QUESTÃO 34: Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo a Lei Municipal nº 1.297/2019:

- a) difundir à sociedade local a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, e o paradigma da proteção integral como prioridade absoluta.
- b) articular a rede municipal de proteção, promovendo a integração operacional de todos os órgãos, autoridades, instituições e entidades que atuem direta ou indiretamente no atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, preferencialmente mediante assinatura de termo de integração operacional.
- c) acompanhar e oferecer subsídios na elaboração legislativa local relacionada à garantia dos direitos da criança e do adolescente.
- d) **Todas as alternativas estão corretas.**

QUESTÃO 35: A regulamentação, organização e coordenação do processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei Federal nº 8.069/90, das Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e da Lei Municipal nº 1.297/2019, em seu art. 10º, são competências do:

- a) Conselho Tutelar.
- b) **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.**
- c) Conselho Municipal da Saúde.
- d) Conselho municipal do Idoso.

QUESTÃO 36: No art. nº17, da Lei Municipal nº 1.297/2019, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição Federal 88, na Lei Federal nº 8.069/90, especialmente, EXCETO:

- a) na condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.
- b) **na responsabilidade exclusiva do poder público pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes.**
- c) na proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente.
- d) no respeito à intimidade, e à imagem da criança e do adolescente.

QUESTÃO 37: Segundo o art. nº 22, da Lei Municipal nº 1.297/2019, O Conselho Tutelar, em sua atuação:

- a) O Conselho Tutelar, em sua atuação, deverá preservar a identidade da criança menores de 10 anos e não será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.
- b) O Conselho Tutelar, em sua atuação, deverá preservar a identidade apenas das crianças com necessidades especiais e não será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

- c) O Conselho Tutelar, em sua atuação, deverá preservar a identidade da criança ou do adolescente e será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.
- d) O Conselho Tutelar, em sua atuação, deverá preservar a identidade dos adolescentes maiores de 21 anos e será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

QUESTÃO 38: Sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, segundo a Lei Municipal nº 1.297/2019, em seu art.º 24, podemos afirmar que:

- a) Os conselheiros serão eleitos pelas crianças e adolescentes, em processo democrático mediante sufrágio universal e direto, através do voto obrigatório e secreto dos eleitores do município, em eleição unificada em todo território nacional, realizada sempre a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, mediante novo processo de escolha, sendo regulamentado e coordenado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- b) Os conselheiros serão eleitos pela comunidade, em processo democrático mediante sufrágio universal e direto, através do voto facultativo e secreto dos eleitores do município, em eleição unificada em todo território nacional, realizada sempre a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, mediante novo processo de escolha, sendo regulamentado e coordenado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- c) Os conselheiros serão eleitos pela comunidade, em processo democrático mediante sufrágio universal e direto, através do voto facultativo e secreto dos eleitores do município, em eleição unificada em todo território nacional, realizada sempre a cada 10 (dez) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, mediante novo processo de escolha, sendo regulamentado e coordenado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- d) Os conselheiros serão eleitos pela associação de moradores, em processo democrático mediante sufrágio universal e direto, através do voto obrigatório e secreto dos eleitores do município, em eleição unificada em todo território nacional, realizada sempre a cada 06 (seis) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, mediante novo processo de escolha, sendo regulamentado e coordenado pelo Conselho Municipal dos Moradores.

QUESTÃO 39: A Lei Municipal nº 1.297/2019 dispõe em seu art. 33, que o Conselheiro Tutelar perderá seu mandato quando, EXCETO:

- a) Praticar atos que garanta o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente na proteção dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Mudar de domicílio para fora da área de abrangências sobre o qual tenha competência do Conselho Tutelar.

- c) Deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por 02 (duas) vezes consecutivas ou 03 (três) vezes alternadas, dentro de 01 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) Posse em cargo, emprego ou outra função remunerada, incompatíveis com as atribuições previstas na Lei 8.069/90.

QUESTÃO 40: Além dos previstos na Lei 8.069/90, são deveres do conselheiro tutelar, segundo a Lei Municipal nº 1.297/2019, Identificando as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) e assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- () exercer com zelo e dedicação as suas atribuições.
- () zelar pelo desperdício de material e conservação do patrimônio público.
- () atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo

- a) V – V – V
- b) F – F – F
- c) F – V – F
- d) V – F – V

QUESTÃO 41: Segundo a Lei Municipal nº 1.297/2019, são deveres do conselheiro Tutelar, EXCETO:

- a) guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos que tomar conhecimento.
- b) ser assíduo e pontual.
- c) tratar com grosseria e autoritarismo as pessoas.
- d) manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha.

QUESTÃO 42: Segundo o art. 53 da Lei Municipal nº 1.297/2019, serão nulas as cédulas eleitorais do processo de escolha para o conselho tutelar, aquelas que cédulas que:

- a) Estiver assinalado mais de 01 (um) nome de candidato.
- b) Contiver expressão, frase ou palavras que possam identificar o votante.
- c) Não corresponderem ao modelo oficial.
- d) todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 43: Segundo o art. 55 da Lei Municipal nº 1.297/2019, podemos afirmar:

- a) Serão considerados eleitos os 20 (vinte) candidatos mais votados, sendo o restante suplente dos demais candidatos, levando-se em conta o número dos votos.
- b) Serão considerados eleitos os 07 (sete) candidatos mais votados, sendo suplentes os demais candidatos, levando-se em conta o número dos votos.
- c) Serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, sendo suplentes os demais candidatos, levando-se em conta o número dos votos.

d) Serão considerados eleitos os 02 (dois) candidatos mais votados, sendo suplentes os demais candidatos, levando-se em conta o número dos votos.

QUESTÃO 44: Observados os parâmetros e normas definidas pela Lei Federal nº 8.069/90, compete ao Conselho Tutelar a elaboração e aprovação do seu Regimento Interno. A Lei Municipal nº 1.297/2019, descreve em seu parágrafo 1 que a:

- a) A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Prefeito Municipal para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração.
- b) A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração.
- c) A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração.
- d) A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Centro de Referência de Assistência Social para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração.

QUESTÃO 45: A Lei Municipal nº 1.297/2019, em seu art. 58, o Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população: Assinale a alternativa CORRETA:

- a) de segunda à sexta-feira, no horário de 08:00 às 18:00 horas, perfazendo carga horária semanal de 40 horas, além dos plantões.
- b) de segunda à segunda-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas, perfazendo carga horária semanal de 60 horas, além dos plantões.
- c) de segunda à sábado, no horário de 08:00 às 13:00 horas, perfazendo carga horária semanal de 50 horas, além dos plantões.
- d) de segunda à sexta-feira, no horário de 12:00 às 22:00 horas, perfazendo carga horária semanal de 100 horas, além dos plantões.

QUESTÃO 46: Identifique as afirmativas verdadeiras (V) e falsas (F) e assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

Lei Municipal nº 1.297/2019, art.71- O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

- () a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.
- () for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados.
- () algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.
- () tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

- a) V - V - V - F
- b) V - V - V - V
- c) F - V - F - V
- d) V - F - V - V

QUESTÃO 47: Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar, segundo a Lei Municipal nº 1.297/2019, EXCETO:

- a) advertência.
- b) suspensão do exercício da função.
- c) destituição do mandato.
- d) **Aumento de salário e bonificações.**

QUESTÃO 48: A destituição do cargo de conselheiro tutelar se dá nas seguintes situações conforme preconiza a Lei Municipal nº 1.297/2019:

- a) usar da função em benefício próprio.
- b) aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar.
- c) for condenado por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 8.429/92.
- d) **todas as alternativas estão corretas.**

QUESTÃO 49: Segundo o Regimento Interno do Conselho Tutelar do Município de Rio Novo, em seu art. 8, A atuação dos conselheiros tutelares abrangerá qual área do município?

- a) área central do município.
- b) zona rural do município.
- c) bairros do município.
- d) **totalidade do município.**

QUESTÃO 50: O Conselho Tutelar elegerá entre os seus membros, segundo o Regimento Interno:

- a) Um coordenador, um presidente e um suplente, através do voto secreto para o mandato de 2 (dois) anos permitindo uma recondução.
- b) Um suplente, um vice-coordenador e um secretário, através do voto secreto para o mandato de 4 (quatro) anos permitindo uma recondução.
- c) **Um coordenador, um vice-coordenador e um secretário, através do voto secreto para o mandato de 1 (um) ano permitindo uma recondução.**
- d) Um diretor, um suplente e um secretário, através do voto secreto para o mandato de 4 (um) ano, não permitindo uma recondução.